



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Gênero e Poder: o performativo como subversão da dominação

Philippe Arantes Cunha de Castro Santos

Seropédica / RJ

Agosto de 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Gênero e Poder: o performativo como subversão da dominação

Philippe Arantes Cunha de Castro Santos

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia, sob orientação do Professor Walter Valdevino Oliveira Silva.

Seropédica / RJ

Agosto de 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

PHILIPPE ARANTES CUNHA DE CASTRO SANTOS

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciatura em Filosofia** no Curso de Licenciatura em Filosofia.

MONOGRAFIA APROVADA EM **/**/2023 com média:

Nota:

Prof. Dr. Walter Valdevino Oliveira Silva - UFRRJ
(Orientador)

Nota:

Profa. Dra. Michelle Bobsin Duarte - UFRRJ

Nota:

Prof. Dr. Francisco José Dias de Moraes – UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares e amigos, que sempre estiveram me apoiando e incentivando nos momentos mais difíceis dessa jornada pela graduação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Walter Valdevino, pela paciência e auxílio no desenvolvimento do projeto.

“As contadoras de história dedicadas estão sempre longe, aos pés de algum morro, afundadas até os joelhos na poeira das histórias, retirando séculos de sujeira, escavando camadas de cultura e de conquistas, classificando cada friso e cada afresco de história que possam encontrar. Às vezes a história foi reduzida a pó, às vezes porções e detalhes estão faltando ou foram perdidos; com frequência, a forma está intacta, mas o espírito está destruído. Mesmo assim, toda escavação traz em si a esperança de se encontrar uma história inteira, intacta.” (Clarisse Pinkóla Estes. *Mulheres que correm com os lobos*, p. 91)

RESUMO

O objetivo deste trabalho monográfico é expor, de forma geral, a construção histórica e estrutural de ideologias e formas de dominação sobre o gênero, raça e classe, com especificações sobre como esse discurso ideológico constrói os corpos e comportamentos no Ocidente. Com isso, o trabalho vai se dividir em explicar as formas de estruturas que justificam a hierarquização, assim como a performance desses corpos em diferentes contextos. Ademais, falarei brevemente sobre como as relações interpessoais e as vivências são moldadas pelo discurso hegemônico, que padroniza comportamentos e expectativas, mesmo que elas possam variar entre as múltiplas vivências. E, por fim, tentarei elaborar, de forma ampla, como a criação de pautas de minorias sociais, com suas várias vivências, acontece, principalmente em um contexto culturalmente complexo. Pretendo trabalhar com a noção de Angela Davis sobre como a luta contra uma ideologia e o Estado opressor precisa ser feita a partir de uma visão interseccional das pautas, classe, gênero e raça, para entender suas demandas de forma mais ampla.

Palavras-chave: poder; discurso; performance; subversão;

ABSTRACT

The aim of this monographic work is to expose, in general, the historical and structural construction of ideologies and forms of domination over gender, race and class, with specifications on how this ideological discourse builds the bodies and behaviors in the West. With this, the work will be divided into explaining the forms of structures that justify hierarchization, as well as the performance of these bodies in different contexts. In addition, I will briefly talk about how interpersonal relationships and experiences are shaped by hegemonic discourse, which standardizes behaviors and expectations, even if they can vary between multiple experiences. And finally, I will try to elaborate, in a broad way, how the creation of social minority patterns, with their various experiences, happens, mainly in a culturally complex context. I intend to work with Angela Davis's notion of how the struggle against an ideology and the oppressive state needs to be made from an intersectional view of patterns, class, gender and race, to understand its demands more broadly.

Keywords: power; discourse; performance; subversion;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. Questões estruturais e ideológicas	09
1.1. Estruturas de dominação	09
1.2. Formação da ideologia	13
1.3. Encerramentos e continuidades.....	16
2. Construção do senso comum	21
2.1. Tabu e Performance	21
2.2. Guerra Cultural e Discurso.....	24
3. O Performativo Subversivo.....	34
Conclusão	38
Referências.....	39

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa monográfica é o de fornecer uma reflexão filosófica e política acerca das narrativas e relações entre o Estado e o corpo, partindo do entendimento de que o corpo, sendo diverso em sua significação, possui uma relação complexa e ampla com o Estado e si. O Estado, por sua vez, é o mantenedor de uma norma institucionalizada e hegemônica, tendo como instrumento a repressão e a alienação.

Utilizando o conceito de interseccionalidade para pensar as várias formas dessa relação entre Estado e corpo e seus aspectos opressores e ideológicos, pretendo refletir sobre o aparelhamento estatal e as narrativas ideológicas como formas de controle, que reprimem e tentam normalizar a existência material de uma sociedade, para beneficiar interesses de uma classe dominante e hegemônica.

Os personagens presentes em minha análise são o Estado e suas ferramentas, instituições, sistema de funcionamento pensados a partir de um funcionamento estrutural mais amplo, que não se resume somente à materialidade das relações, mas ao simbólico, ao discursivo, ao subjetivo, e à população e sua forma de pertencimento na sociedade. Com esses dois sujeitos, é possível questionar o interesse das narrativas hegemônicas amplamente divulgadas, pensar de onde elas vêm e como pretendem se apresentar para cada grupo de indivíduos. Questionar o discurso e a prática proveniente dele é fundamento para uma ideologia, por isso a associação com o Estado, que, pautado por um discurso, por exemplo, institucionaliza a morte e o encarceramento de uma parte da população marginalizada, pobre, racializada, naturalizando o ato para a própria população.

O complexo industrial-prisional, como expõe Angela Davis,¹ está em contínua expansão, visando ao lucro e utilizando uma lógica militarista, armamentista e repressiva, reproduzindo um discurso normativo sobre a necessidade de segurança contra o perigo, com um inimigo sempre presente. Importante pontuar o preenchimento dessas lacunas, “inimigo” ou “perigo”, que são feitas por um discurso neoliberal em sua forma, capitalista em seu objetivo, que busca colocar nessa categoria de inimigo o sujeito que represente ou pratique, de forma política ou cotidiana, algo que subverta a hegemonia estabelecida. A lógica do discurso normativo, nesse sentido, pode ser algo como entender que o inimigo é um sujeito subversivo, e que sua subversão é algo que destruiria, no sentido de terra arrasada, toda a estrutura de

¹ DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

funcionamento da sociedade atual. É uma forma de distorcer o real objetivo de uma luta por direitos. O discurso normativo, por sua vez, defende a “integridade da família tradicional”, “a sacralidade do casamento” e “a superioridade masculina” como justificativas para o ato político manter uma desigualdade baseada em gênero.

As interrelações entre as várias perspectivas presentes nas pautas de movimentos sociais e nas áreas afetadas por políticas repressivas e normativas do Estado são o ponto central do entendimento mais amplo sobre as relações políticas e sua estrutura. A complexidade presente nessas relações é o que expõe tanto os ataques comuns, cotidianos, sofridos por vários grupos sociais, assim como a forma da opressão que é aplicada nesses ataques. Portanto, existem duas faces, até aqui, que dão base à opressão: uma mais ideológica, discursiva, que justificaria, ou normalizaria a violência, e a segunda face, que é a opressão propriamente dita, que tanto forma como é formada pelo discurso na realidade material.

Recorrendo a relatos de lutas de movimentos sociais colocados por Angela Davis, e outros(as) autores(as) e fontes, pretendo analisar as formas e contextos nas quais essas lutas foram travadas, suas dificuldades, suas reivindicações e como as questões ideológicas estavam presentes não só no discurso hegemônico, mas também poderiam permear a formação do discurso progressista e militante, tornando a luta mais complexa e constante. Nesse contexto, também me parece necessário olhar o cotidiano comum e sua formação, já que a relação política não se dá através, somente, de militantes e do Estado, mas da população comum, de suas perspectivas sobre o tema. Por isso, tentarei trazer análises sobre o senso comum, sua formação e consequências, e sua importância no cotidiano, mas também sua função como instrumento despolitizante, já que o discurso pode ser apropriado pela hegemonia.

1

Questões estruturais e ideológicas

O objetivo deste capítulo é analisar o funcionamento das estruturas sociais e seus discursos ideológicos, pensando em suas consequências quando perpassam as questões de raça, classe, gênero e cultura simultaneamente.

Começo analisando a noção de dominação simbólica das estruturas, utilizando Pierre Bourdieu como referência, para pensar os aspectos sociais da estrutura de dominação e sua influência na cognição e nas práticas que produzem a base para a ação ética, moral e de poder dentro da sociedade. A partir disso, comento brevemente a noção de ideologia e suas ramificações e formas de influência, para, assim, encerrar pensando na influência sobre a percepção histórica e do tempo presente causada pelas estruturas de dominação.

1.1 Estruturas de dominação

A dominação, como coloca Bourdieu, não se dá em mero ambiente doméstico, ou em relações puramente simbólicas ou puramente materialistas. Em *A Dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*,² Bourdieu questiona a análise social a partir de uma perspectiva puramente histórica, ou da linguagem comum estabelecida. O ponto que o autor destaca é que, para se entender as estruturas de dominação, é necessário não tomar como base única de análise os locais e instituições, sejam eles físicos ou simbólicos, em que a opressão ocorre. Por isso, o ponto de partida é muito mais amplo e complexo:

Se é verdade que o princípio de perpetuação dessa relação de dominação não reside verdadeiramente, ou pelo menos principalmente, em um dos lugares mais visíveis de seu exercício, isto é, dentro da unidade doméstica, sobre a qual certo discurso feminista concentrou todos os olhares, mas em instâncias como a escola ou o estado, lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado, é um imenso campo de ação que se encontra aberto às lutas feministas, chamadas então a assumir um papel original, e bem definido, no mesmo seio das lutas políticas contra todas as formas de dominação. (BOURDIEU, 2021, p. 16)

Percebe-se que a luta necessita de um olhar mais amplo em relação ao problema, não como mera resolução de uma parte ou sintoma de um problema, mas pensando em como afetar

² BOURDIEU, Pierre. *A Dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 19ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

a estrutura de funcionamento como um todo. Para isso, é necessário mais do que a busca por direitos civis,³ por exemplo, mas desenvolver formas de combater o ponto fundante da opressão. Esse ponto, como fica sugerido na passagem acima, é algo que permeia, simultaneamente, as instituições, as suas formas de regência, a política, o imaginário comum, a subjetividade e a vida material. A necessidade da luta feminista de ir além de uma questão de opressão de gênero em ambiente doméstico e por garantia de direitos civis é a base sobre a qual Angela Davis pensará o conceito de luta feminista, que ela encara como uma abordagem ampla, não como luta identitária dentro de uma lógica liberal e capitalista.

Bourdieu parte de uma análise das “categorias de entendimento”, através da qual ele tenta elucidar aspectos objetivos e subjetivos de uma sociedade, partindo de um ponto histórico que possibilite olhar para a questão analisada, como a dominação, sem recair nos esquemas de pensamento da própria dominação. O objetivo é perceber as construções simbólicas a partir da realidade material, sendo o corpo algo ao qual se pode atribuir visões de mundo, discurso de valor, a partir de uma interpretação historicamente construída de mundo. Tal interpretação pode ser condicionada de diferentes formas, e tem construções coletivas e individuais que se influenciam mutuamente. Portanto, suas disposições estruturais e organizações sistêmicas são variáveis, mesmo podendo compartilhar interesses semelhantes.

As estruturas, assim, são formações históricas que surgem em espaços de diferença, tanto material quanto cognitiva, e que, por isso, são estruturantes e estruturadas, existindo um movimento de retroalimentação entre a estrutura social vigente e como ela afeta o espaço social físico e cognitivo. Portanto, a percepção e as vivências, já permeadas pela estrutura, formulam sua compreensão e referência ao mundo, “muitas vezes registradas em sistemas de adjetivos, que permitem produzir julgamentos éticos, estéticos, cognitivos”.⁴ Sendo assim, a estrutura é modificada, mas mantém sua lógica de funcionamento, dificultando sua apreensão, já que ela pode se apresentar de formas concretas e claras, como em uma clara diferença na divisão do trabalho quando pensamos a partir de gênero ou raça, ou de forma mais sutil, como quando há naturalização de relações sociais, afetividades, percepções do outro, o que já faz parte do imaginário comum.

³ Angela Davis argumenta que a redução de um movimento em pura busca por direitos civis retira sua complexidade como militância. “Mas a liberdade é mais ampla do que os direitos civis. [...] Era uma questão de liberdades concretas.” (São Paulo, Boitempo, 2018, p. 111).

⁴ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*, p. 171.

Então, a dominação acontece no funcionamento sistêmico do *campo* e do *habitus*,⁵ quando a naturalização da perspectiva dominante se reproduz no senso comum, na lógica de trabalho, nas relações pessoais, na organização das instituições etc. A dominação simbólica se constitui, também, na própria esquematização de pensamentos do dominado, sendo que sua percepção sobre o outro, o dominante, e sobre si mesmo se dá pelas classificações naturalizadas pelas estruturas sociais hegemônicas. Portanto, o ato de resistência, contra-hegemônico, acontece não só na esfera da organização política e da militância, mas na esfera da percepção e da afetividade. Não há como desenvolver uma base popular, organizada e abrangente sem uma perspectiva ampla sobre a dominação e seu funcionamento. O conceito de violência simbólica está constantemente presente nessa relação entre dominado e dominante, no contexto de naturalização da dominação:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominados (alto/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é produto.⁶

Angela Davis exemplifica isso quando expõe as pautas do movimento feminista branco de classe média dos EUA, no século XIX, quando o grupo, liderado e representado por Elizabeth Candy Stanton e Susan B. Anthony, começa a perceber as contradições de sua vida doméstica e civil, se organizando em uma assembleia para debater e se articular. Em grande parte, a inspiração para a organização popular e para a luta contra a opressão veio pela experiência com os movimentos abolicionistas, fazendo-se perceber a possibilidade de luta contra a hegemonia dominante. Porém, suas pautas e reivindicações saíam do campo de suas experiências pessoais, utilizando justificativas racistas e elitistas para pautar sua luta. Apesar da participação, às vezes simbólica, às vezes diminuta, de mulheres negras nas assembleias dos movimentos feministas, as representantes do movimento não se preocupavam em convidar ou colocar em pauta mulheres de outras classes ou etnias. O argumento central de que mulheres brancas tinham que possuir seus direitos com maior prioridade era baseado em lógicas

⁵ *Campo* se refere ao ambiente que ocorre a ação, o local que condiciona as práticas; *Habitus* são maneiras compartilhadas de comportamento e percepção de um grupo de indivíduos sob a influência de uma mesma estrutura.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*, p. 64-65.

supremacistas brancas ou com base em estereótipos e mitos irreais sobre o povo negro e a classe trabalhadora:

A indignação [de Stanton] e a da srta. Anthony não tinham limites. Esta fez uma promessa: “Corto fora meu braço direito antes de colaborar ou de pedir pelo voto para negros, e não para as mulheres”. A sra. Staton fez referências depreciativas a “Sambo” e à concessão do voto a “africanos, chineses e todos os estrangeiros ignorantes assim que chegam à costa”. Ela alertou que a defesa do sufrágio masculino pelos republicanos “cria um antagonismo entre homens negros e todas as mulheres que culminará em temerosas atrocidades contra a condição da mulher, especialmente nos estados do Sul.”⁷

O ponto em que a dominação acontece nessa situação – apesar de se tratar de um movimento representativo que busca direitos civis – é na instrumentalização do discurso utilizado nas justificações de suas pautas restritas a um grupo e no comportamento de suas integrantes ao lidar com as contradições de suas pautas. As perspectivas racistas do movimento feminista branco são um exemplo da lógica dominante aplicada ao dominado, mesmo em um movimento de luta contra a opressão, a de gênero. Nesse caso, os membros do movimento estavam cegos para as intersecções das pautas que elas buscavam e para as reproduções das opressões que o próprio movimento proporcionava. Logo, as associações misóginas, que o movimento feminista branco combatia, e os comportamentos oriundos dessa misoginia são, em sua origem, semelhantes aos argumentos racistas e supremacistas brancos que foram usados para descartar pessoas pobres, pretas, estrangeiras etc. das pautas e das assembleias. Essa semelhança está em parte na forma e em parte no conteúdo, não é algo idêntico, mas é um detalhe que permitiria a união entre as várias pautas sociais existentes.

É perceptível que as pautas de movimentos como o antirracista e o abolicionista, assim como o movimento operário, possuem claras diferenças, principalmente com movimentos de base da classe mais alta e branca, mas isso não afasta a necessidade de luta conjunta dos movimentos, só torna necessário perceber suas especificações como tal. Por exemplo, alguns anos depois do primeiro encontro de mulheres brancas de classe média, numa assembleia em Seneca Falls em 1848, na qual as mulheres brancas entendiam que sua classe deveria ser a primeira a ter o direito de votar, em detrimento das outras, as mulheres da classe trabalhadora se organizaram e perceberam, por outros motivos, a necessidade do voto para conseguirem melhores condições de trabalho. Da mesma forma, Frederick Douglass entendia a importância estratégica dos homens negros conseguirem os votos antes dos das mulheres brancas, pois era

⁷ Eleanor Flexner, *Century of Struggle*, cit, p. 144, In: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*, p. 84.

uma questão de mudança na condição de escravos da população negra. Portanto, a busca por direitos civis, mesmo sendo importante e necessária, não é frutífera contra uma estrutura de dominação se não forem colocadas em perspectiva os pontos convergentes das lutas. É necessário perceber que a dominação, apesar de atingir várias esferas da sociedade, parte de uma lógica comum, e subverter essa lógica tem mais eficiência na luta, até mesmo nas buscas por direitos civis, do que tentar modificar as instituições e sistemas já dados utilizando uma lógica identitária e fragmentada de luta popular.

1.2 Formação da Ideologia

O conceito de ideologia tem uma complexidade ímpar e designa uma forma de subjetivação, de criação de discurso, que perpassa vários aspectos da sociedade. Portanto, a ideologia teria sua formação, inicial e simultaneamente, abstrata e concreta, tendo um funcionamento que não é necessariamente homogêneo, mas que pode pretender à homogeneização. Pensar uma ideologia hegemônica, então, é entender como uma sociedade que possui determinado discurso normativo de subjetivação lida com questões como a pobreza, a história, os vários grupos sociais etc.

A partir da análise de Louis Althusser acerca da ideologia e dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), a ideologia hegemônica poderia ser definida como “certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”.⁸ Para que tais instituições se apresentem como realidade concreta e simbólica, é preciso entender o contexto da formação da ideologia. Existe um conjunto de fatores que possibilitam a existência de um discurso hegemônico e ideológico e que estão associados com as características da própria ideologia:

- A ideologia necessita da reprodução de seus meios e condições de produção ideológica
- Os AIE e os Aparelhos Repressivos do Estado (ARE)⁹ são essenciais para manter e naturalizar o discurso hegemônico
- A assimilação da ideologia, e seus efeitos, não são homogêneas
- A ideologia é um discurso que produz prática

⁸ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*, p. 74.

⁹ AIE – Aparelhos Ideológicos do Estado; ARE – Aparelhos Repressivos do Estado.

A necessidade da reprodução dos meios de produção se manifesta de diferentes formas, e as tentativas de manter uma ordem social hegemônica ocorrem nos meios pelos quais as instituições são organizadas e os afetos são construídos. Existem instituições, portanto, que ditam a forma como hierarquias e lógicas de poder serão organizadas e colocadas em prática, e como esses processos serão sentidos e percebidos pelos sujeitos que neles estão inseridos. Essas instituições podem ser escolares, familiares, religiosas, culturais, midiáticas, jurídicas e outras. A influência dessas instituições não é uniforme e similar, e elas podem seguir uma lógica sistêmica comum, mas suas práticas têm certa “autonomia” da superestrutura. Althusser discorre sobre a relação entre ideologia e os AIE:

Com efeito, o Estado e seus aparelhos só têm sentido do ponto de vista da luta de classes, enquanto aparelho da luta de classes, mantenedor da opressão de classe e das condições de exploração e de sua reprodução. Não há luta de classes sem classes antagônicas.

(...)

Porque, se é verdade que os AIE representam a *forma* pela qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente se realizar, e a forma com a qual a ideologia da classe dominada deve necessariamente medir-se e confrontar-se, as ideologias não “nascem” dos AIE, mas das suas classes sociais em lutas: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta etc. (ALTHUSSER, 2022, p. 119-120).

Percebe-se que as colocações do autor acerca da ideologia e suas manifestações eliminam algumas perspectivas errôneas sobre qual poderia ser a “origem” da ideologia. Primeiro, ela não se manifesta *a priori*, logo ela não é uma característica natural ou intrínseca da natureza, mas uma construção baseada nas condições de existência da humanidade. Segundo, a ideologia não surgiu junto às instituições, mas molda essas de acordo com seus discursos e, como Judith Butler¹⁰ coloca, por meio da *repetição*.¹¹ Portanto, a ideologia, mesmo com seu caráter aparentemente ontológico já estabelecido, é, na verdade, em sua própria aparência ontológica, construída tendo o discurso e a padronização como as características fundantes de seu funcionamento, que produz a luta de classes, os antagonismos e as contradições.

Essa relação entre AIE, ARE e as classes em conflito ocorre, em suma, devido à necessidade da reprodução da ideologia, reprodução esta que tem como intuito manter as formas de produção, não só de produtos literais, constantes e mais ou menos sistematizadas. É neste

¹⁰ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 22ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

¹¹ Esse conceito será mais elaborado no próximo capítulo.

contexto que ocorre a luta de classes: “é o combate pela unificação e renovação *de elementos ideológicos anteriores*, disparatados e contraditórios, numa unidade conquistada na e pela luta de classes, contra as formas anteriores e as novas tendências antagônicas”.¹² Esse é o contexto da luta dentro de uma lógica dominante pautada por uma ideologia. Esse processo é, em si, inacabado, ele sempre é retomado na forma de luta, e a luta ocorre devido às contradições existentes e à resistência dentro do funcionamento das instituições, pelas quais as necessidades materiais, sejam elas pautadas por um letramento político ou não, sempre irão expor os limites do discurso ideológico.

Tendo em vista as várias formas pelas quais a ideologia se manifesta, entender essas manifestações como sistêmicas ou funcionais seria um erro. O ponto de vista da luta de classes e da reprodução feita pela ideologia não se traduz em fatos isolados, específicos ou peculiares, mas trata de questões históricas. A luta é histórica, e a assimilação da ideologia e sua hegemonia imposta ocorre devido a processos históricos. A luta, nesse sentido, não é uma soma de acontecimentos, mas possui uma perspectiva global, que busca, ou deveria buscar, formas de emancipação amplas e contínuas, devido a constantes mudanças nos cenários de luta de classes. A noção de como se deve perceber e analisar a história é colocada por Bourdieu da seguinte forma, tendo em vista a dominação masculina na sociedade:

Tal história não pode se contentar com registrar, por exemplo, a exclusão de mulheres de tal ou qual carreira, de tal ou qual disciplina; ela também tem que assinalar e levar em conta a reprodução e as hierarquias (profissionais, disciplinares etc.), bem como as disposições hierárquicas que elas favorecem e que levam as mulheres a contribuir para sua própria exclusão dos lugares de que elas são sistematicamente excluídas.

(...)

Em suma, ao trazer à luz as invariantes trans-históricas da relação entre os “gêneros”, a história se obriga a tomar como objeto o trabalho histórico de des-historicização que as produziu e reproduziu continuamente, isto é, o trabalho constante de *diferenciação* a que homens e mulheres não cessam de estar submetidos e que os leva a distinguir-se masculinizando-se ou feminilizando-se. (BOURDIEU, 2021, p. 138-139)

A história, nesse sentido, tem um papel importante no entendimento das intersecções entre as formas da ideologia, o funcionamento das estruturas, e as contradições existentes dentro da luta de classes. A prática produzida pela ideologia, assim, se manifesta em conflito, que é produzido historicamente pela tentativa de manter uma hegemonia naturalizada, na qual sujeitos são construídos com inimigos. É a criação de uma forma de existência que produz os

¹² ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*, p. 123.

conflitos internos que, em certa medida, são os que mantêm o funcionamento das instituições da classe dominante.

Na contradição, que é característica constante no discurso ideológico, são muitas as formas de atrito produzidas. A necessidade do atrito surge, a partir de muitos contextos, quando se entende que o discurso hegemônico da classe dominante se configura a partir de uma perspectiva neoliberal e capitalista. Logo, o que se percebe como sua lógica de funcionamento é a busca por lucro e a não interferência estatal na economia, mas com forte interferência estatal no âmbito social. A força policial, por exemplo, é uma das formas pelas quais conflitos são travados e formas ofensivas de institucionalização da violência são desenvolvidas. O discurso da “guerra as drogas”,¹³ com as operações policiais nas comunidades, causam a morte de várias pessoas negras devido ao discurso que constrói a imagem do vilão, do bandido, do que causa mal a essa ordem ideológica fictícia, mas que se legitima nos conflitos que ela mesma cria.

Portanto, não é frutífero analisar e entender os conflitos presentes na sociedade somente como fatos isolados, específicos e como sintomas de um tempo presente. Há nuances entre o presente e o passado, em como conflitos foram e estão sendo resolvidos. Por isso, o entendimento e a análise histórica não podem se comprometer com a mera reprodução unilateral de eventos que formaram determinada forma de uma sociedade. É preciso pensar criticamente, levando em conta as contradições existentes, as condições de luta de uma sociedade e suas classes.

1.3. Encerramentos e continuidades

Para pensar os encerramentos e as continuidades, é necessário entender o relacionamento com a temporalidade dos acontecimentos históricos que moldam as formas dos eventos sociais contemporâneos. Sem pensar de maneira determinista, a história não possui uma linearidade de acontecimentos, mas ela se constitui de vários deles sobrepostos. Por isso, a perspectiva hegemônica sobre a história, que geralmente tende a manter uma maneira de desenvolver a memória coletiva, procurando preservar o *status quo*, coloca a história como um espelho dos seus interesses.

Entender como as intersecções funcionam na relação entre o desenvolvimento da opressão e o da luta e resistência contra ela necessita de uma perspectiva histórica crítica.

¹³ Para ilustrar o debate sobre guerra as drogas e como o Estado geralmente recorre ao ARE e aos AIE para lidar com essa questão: <https://youtu.be/B-dLHiM1-Zo>.

Violências que ocorrem devido a formas de racismo e sexismo são proporcionadas, intensificadas e desenvolvidas devido a como as políticas de opressão estão sendo fomentadas pelo Estado. A violência policial e o não enfrentamento de estruturas racistas e sexistas na sociedade são exemplos que podem ilustrar a necessidade de perceber a violência como algo mais ampla do que casos isolados, ou que só acontece devido a alguma forma de desvio de caráter:

Essas manifestações específicas de violência contra a mulheres se situam em um espectro mais amplo de violência produzida socialmente, que inclui violações sistemáticas orquestradas contra os direitos econômicos e políticos femininos. Como tem ocorrido ao longo da história, essas agressões afetam mais gravemente as mulheres de minorias étnicas e suas irmãs brancas da classe trabalhadora. A terrível onda de estupros da atualidade, que se tornou tão generalizada a ponto de uma em cada três mulheres estadunidenses poder presumir que será estuprada em algum momento de sua vida, reflete de modo assustador a deterioração da condição econômica e social das mulheres. De fato, à medida que a violência racista em contexto nacional cresce – e que a agressão imperialista global se expande –, as mulheres podem supor que, individualmente, os homens estarão mais propensos a cometer atos de violência sexual contra aquelas que os cercam. (DAVIS, 2017, p. 42)

A violência, nesse sentido, é um projeto político, não só porque é aplicada e produzida de forma literal pelo próprio Estado, mas porque, também, são negligenciadas as formas de prevenção contra o desenvolvimento e a naturalização dessa violência. Portanto, aspectos domésticos “isolados” da violência se tornam representantes de uma realidade distorcida, na qual a ideologia produz uma visão individualizada da violência, na qual o agressor é demonizado, e a vítima, culpabilizada por permitir ou instigar alguma forma de violência. O objetivo com essa lógica discursiva, que se disfarça de crítica à violência, é mantê-la como regra, é manter a opressão sistematizada, pois esta está intimamente ligada à hegemonia econômica. O estupro, por exemplo, é um sintoma desse sistema econômico e social vigente, que naturaliza determinadas condutas, faz críticas vazias a problemas materiais cotidianos da sociedade, enquanto desvia a atenção de seu próprio envolvimento na reprodução da opressão e na criação e desenvolvimento da violência em vários setores da sociedade, como a violência doméstica:

A atual e ideológica transferência da culpa, que tem como alvo a família negra, reflete uma tendência mais ampla de colocar a família em geral – falsamente representada como uma área da vida social isolada, privada – no coração das perigosas difusões que afetam o bem-estar moral da sociedade estadunidense. Como hierarquia tradicional da supremacia masculina no interior da família, baseada nos homens “provedores” e em suas esposas e crianças economicamente dependentes, está sendo contestada em seus fundamentos pela participação das mulheres da classe trabalhadora na força de trabalho, pessoas que defendem o ultraconservadorismo argumentam que a família está se desintegrando por causa, entre outras coisas, do apoio cada

vez maior ao direito ao aborto e às creches públicas. Essas pessoas chegam ao ponto de afirmar que a homossexualidade ameaça destruir a tessitura familiar. Desse modo, tentam desviar a atenção pública de algumas das mais sérias reivindicações do movimento de mulheres contemporâneo: salários iguais para trabalhos de valor comparável, direitos reprodutivos, licença-maternidade remunerada e creches subsidiadas – demandas que são, em essência, cada vez mais contrárias aos monopólios. (DAVIS, 2017, p. 71)

Para entender as sobreposições das pautas do passado e as necessidades do presente, e a dificuldade de perceber a força da ideologia ao deturpar como se apreende o passado, é preciso olhar atentamente para o conflito e para a luta de classes da contemporaneidade. Tanto o apagamento do passado, ou sua apropriação para fins da classe dominante, assim como a destruição de um horizonte para o futuro, fazem parte da lógica das estruturas de dominação. Direta ou indiretamente, o sucateamento das condições sociais de existência, a exploração e a construção de uma narrativa que infla os conflitos e deturpa a apreensão política sobre o mundo fazem parte do jogo de conflitos e contradições existentes na lógica dominante. Todo esse contexto proporciona um campo muito fértil para a construção de políticas de segregação e de segurança baseadas na violência e no encarceramento, de marketing que utiliza e alimenta casos de violência para conseguir mais engajamento, e de toda uma estrutura econômica que se alimenta da instabilidade política e do sucateamento do estado de bem-estar social.

Há uma perspectiva binária pelo qual a produção de uma lógica social ocorre e que afeta também a percepção temporal e discursiva dos acontecimentos históricos. A própria produção das contradições e dos meios que reproduzem as condições para a continuidade da estrutura hegemônica cria os contextos que geram algo fora da norma e um contexto que gera um comportamento esperado. Com isso, mesmo quando uma crítica que pretende enfrentar a dominação é feita, ela não está fora da influência da ideologia. Butler expõe muitas perspectivas dentro do movimento feminista que entendem o feminino em alguns contextos, buscando entender sua condição de dominado, para, assim subvertê-las. O feminino poderia ser algo que se produz fora da lei patriarcal estabelecida, ou como algo que precisa se apropriar das formas discursivas e performativas existentes, possibilitando, assim, a concepção do feminino como inerente a um Ser primeiro, que daria essência ao conceito, e outra forma de perceber o feminino como condicionado à opressão e à posição de dominado:

Localizar o mecanismo mediante o qual o sexo se transforma em gênero é pretender estabelecer, em termos não biológicos, não só o caráter de construção do gênero, seu *status* não natural e não necessário, mas também a universalidade cultural da opressão. (...) A noção *per se* de construto só se mostra útil ao projeto político de ampliar o espectro das possíveis configurações do gênero quando o mecanismo de construção do gênero implica a *contingência* dessa construção. Contudo, se há uma vida do corpo além da lei, ou uma recuperação do corpo antes

da lei, que assim emerge como objeto normativo da teoria feminista, tal norma afasta o foco da teoria feminista dos termos concretos da luta cultural contemporânea. (BUTLER, 2022, p. 76)

É a partir da naturalização do sexo que será entendido como um quadro em branco para a cultura desenvolver seus significados, que o sexo adquire algum valor ontológico. Porém, essa ontologia atribuída ao sexo e ao gênero, mesmo em alguns casos de epistemologia contra hegemônica, são uma construção também presente na cultura. A questão da percepção binária está na forma como a natureza é criada pela cultura, para, assim, ser utilizada de forma ampla e discursiva dentro do modelo de dominação. É a utilização da cultura como civilizatória, que constrói um discurso normativo para a conduta da sociedade.

É desse meio não acabado e em constante mudança do Ser do gênero que os discursos que colocam uma origem única e universal se utilizam para manter seu status de natural. Porém, a não existência de uma origem comum e única se mostra nos momentos que, mesmo quando reificado, o gênero e os papéis a ele atribuídos não se consolidam naturalmente, mas por meio da constante vigilância social. É nesse sentido que a repetição se torna necessária, ou seja, é pela padronização do comportamento que se estabelece uma forma de justificar sua existência e a exigência de uma regulamentação altamente rígida, sendo assim que o ato político é condicionado e os conflitos, criados: “[a] política sexual que constrói e mantém essa distinção oculta-se por trás da produção discursiva de uma natureza e, a rigor, de um sexo natural que figuram como a base inquestionável da cultura” (BUTLER, 2022, p. 75).

Há, nesse sentido, uma alienação do sujeito que, ao não ser reconhecido como ser existente, ao não poder ter voz ativa, ao ter seu discurso desmoralizado e seu passado e futuro condicionados por uma hegemonia, é colocado, mesmo que ativo politicamente, em uma situação ideológica complexa. Essa complexidade ocorre devido à dificuldade da ação. Um simples discurso, ou ato político, pode ser utilizado pela lógica hegemônica como maneira de subverter e desmoralizar sua busca por emancipação. Essa desmoralização pode estar tanto no imaginário coletivo – como quando há algum senso comum preconceituoso que afeta a maneira como o acesso ocorre a determinados corpos e discursos – quanto pode estar em forma de lei, sendo que esse corpo marginalizado deve ser perseguido pelo Estado para manter uma ordem. O que dificulta a comunicação e a performance como ato político libertador é justamente o efeito inverso proporcionado pelo poder dominante e as limitações de tentar subverter uma estrutura realizando atos, mesmo que contra-hegemônicos, que possam alimentá-la:

Marx, então, pôde dizer que “a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado”. Nessa conhecida definição, a alienação consiste na “estranheza” do mundo dominado por um poder social sobre o qual indivíduos perderam qualquer controle, depois de o terem criado, em um evidente movimento de autonomização e inversão. As condições de trabalho e de distribuição dos frutos do trabalho tornam-se independentes dos agentes econômicos e, em seguida, aparecem como “um poder que subjuga” seus criadores, “em vez de ser dominado” por eles. Em uma inversão surpreendente, o produto aparece como o produtor e o produtor, como o produto. (GRESPLAN, 2021, p. 26)

Portanto, a forma como percebemos a importância de algo, como, por exemplo, um feriado nacional, é um caso específico de construção da memória. Davis desenvolve um argumento acerca de como a proclamação da emancipação de pessoas escravizadas alimenta a imagem de Lincoln como o salvador, e se apaga o fato histórico de que a emancipação era uma estratégia militar devido à guerra civil. É sobre essa dinâmica de realocar os sujeitos que merecem atenção, ou na personalização de um sujeito específico, ou até mesmo no completo apagamento de outros, que o discurso hegemônico constrói a base de sua dominação. Por isso, entender os desfechos do apagamento ou da realocação da atenção sobre questões históricas é um caminho necessário para perceber as armadilhas ideológicas e as feridas abertas de um passado histórico não resolvido, e sua influência na organização política contemporânea.

2

Construção do senso comum

Este capítulo pretende argumentar, levando em conta o entendimento das noções apresentadas no capítulo anterior, como a performance ocorre na construção de um imaginário comum. Esse capítulo será dividido em três momentos de argumentação: a performance no contexto das leis e controle, nos contextos de conflito e guerra cultural e a partir de formas de subversões, entendendo que a subversão será desenvolvida a partir dos dois primeiros momentos. O objetivo é entender a formação do discurso hegemônico como criador, simultaneamente, de uma opressão direta e institucionalizada, e outra indireta, que não precisa de uma lei para justificá-la, pois já está no imaginário comum. E, no caso da violência indireta, há uma apropriação, feita pelo discurso ideológico, na qual são culpabilizadas as minorias sociais pela degradação social causada pela hegemonia.

2.1 Tabu e performance

A performance, como coloca Butler, “são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos”¹⁴. A presença da concepção de performativo no gênero expressa, consequentemente, a sua característica ficcional. As características que poderiam ser enumeradas para definir a performance podem ser atos, gestos, atuações e discursos. Performance, como num palco, é feita para ser vista e, mais que isso, para dizer algo com sua encenação. Com a presença do tabu, a lógica da performance entra em uma complexa rede de relações e restrições. O tabu sempre impõe, ou define, uma forma de autoridade, que foi expressa de diferentes maneiras, já que suas características não são puramente morais ou religiosas:

Por trás de todas essas proibições parece haver algo como uma teoria de que elas são necessárias porque certas pessoas e coisas estão carregadas de um poder perigoso que pode ser transferido através do contato com elas, quase como uma infecção. [...] O fato mais estranho parece ser que

¹⁴ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*, p. 235.

qualquer um que tenha transgredido uma dessas proibições adquiere, ele mesmo, a característica de ser proibido – como se toda a carga perigosa tivesse sido transferida para ele.¹⁵

A heterossexualidade como norma naturalizante que dá parâmetro para as relações e disposições do sujeito é o que delimita a utilização, ou performance, do corpo. O tabu será o ponto de partida para o desenvolvimento de várias formas de expiação, purificação e proteção. Todas essas características podem ser aplicadas em contextos de lei, proibições, máximas morais e outros. A questão é entender que as relações produzidas por uma performance, em uma lógica de heterossexualidade compulsória,¹⁶ tem caráter ontológico, um Ser do sistema sexo-gênero,¹⁷ que, por sua vez, irá estruturar o corpo e a sexualidade. Com isso, o tabu, que desenvolve uma base proibitiva e de punição, cria o campo para a existência, aparente, de uma ordem social:

Na minha leitura de Beauvoir, sugeri que os corpos marcados pelo gênero são “estilos da carne”. Esses estilos nunca são plenamente originais, pois os estilos têm uma história, e suas histórias condicionam e limitam suas possibilidades. Considerando o gênero, por exemplo, como um estilo *corporal*, um “ato”, por assim dizer, que tanto é intencional como *performativo*, onde “performativo” sugere uma construção dramática e contingente do sentido.¹⁸

A relação gênero/coerção/repetição é a tríade mais geral da lógica dominante, mas que também mostra as limitações e seu caráter não-ontológico. É na demarcação do corpo, via gênero e sexo, que se produz e reproduz o sujeito. Essa lógica se entende como natural e categoriza o que é esperado da conduta de cada um. É nesse contexto que a coerção, agora especificada por lei, oprime tudo o que é dissonante. Porém, para reprimir certos comportamentos, é preciso primeiro catalogá-los e descrever suas características, para possibilitar que a repetição, que a lógica da heterossexualidade compulsória, tenha sentido. Portanto, a repetição se torna um fator que estrutura a hegemonia, que qualifica uma conduta, e justifica a constante vigilância, e autovigilância, ao mesmo tempo que cria a margem para a sua subversão a partir dessa mesma lógica da repetição como ato político subversivo.

A construção do sujeito que deve ser excluído das relações hegemônicas não é uma descrição detalhada de como a conduta desse indivíduo ocorre, necessariamente. O que ocorre

¹⁵ FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu e outros trabalhos (1913 -1914)*, p. 40.

¹⁶ Butler discorre sobre a heterossexualidade compulsória como forma estruturante das relações em sociedade. A heterossexualidade mantém relações de trocas entre homens, ao mesmo tempo que cria a naturalização das relações hétero. Portanto, as trocas discursivas e materiais são pautadas por essa matriz heterossexual. (BUTLER, 2022, capítulo “Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual”)

¹⁷ Butler contesta o sistema sexo-gênero pelo fato de que a noção de sexo e gênero não são naturais, o sexo não delimita gênero, nem o gênero é somente uma categoria da cultura que se instala no corpo sexuado. O que ocorre é a significação flutuante dos conceitos, que se passam por naturais. (BUTLER, 2022, capítulo “Sujeitos do sexo/gênero/desejo.”)

¹⁸ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*, p. 240.

é a proibição da autodescrição, o contexto no qual algum termo vai ser utilizado. Os que irão censurar ou coagir utilizarão os termos ditos desviantes com o propósito de reprimir, e os que se encontram em uma situação de autodefinição devem negar a conduta desviante.

Delimitar aos sujeitos mais “sensatos” o poder de dizer quem é, ou não, alguma coisa, através de um discurso de defesa de uma conduta superior, é a base para uma performance baseada em paranoia e violência. A paranoia estaria associada ao pânico moral, à facilidade em condenar corpos de indivíduos por motivos mais conservadores, como o puritanismo e o racismo. É nesse sentido que a conduta é o que forma caráter e constrói o comportamento nas instituições. Todas possuem sua forma de organizar suas regras, os corpos que delas participam, a moralidade que devem adotar.

Davis argumenta sobre a complexidade das interpretações em relação aos casos de estupro nos EUA. Ela expõe a necessidade de entender que os surtos de violência não são fenômenos que justificam um discurso moral e conservador, mas são sintomas deste discurso. A autora coloca que, “alguns dos sintomas mais evidentes da desintegração social só são reconhecidos como um problema sério após assumirem tamanha proporção epidêmica que parecem não ter solução”.¹⁹ Nesse contexto, a autora fala sobre o “mito do estuprador negro”, que parece conter as questões expostas até então sobre a formação das leis a partir do sexo e gênero, e nesse caso da raça, e das relações dentro de uma instituição.

O argumento de Davis fala sobre como a culpabilização do homem negro é utilizada como forma de justificar a violência contra a comunidade negra. Historicamente, a comunidade negra sofre, e tem seus corpos abusados pela classe dominante branca. Tanto a objetificação, quanto a violência contra seus corpos são banalizados. O fato que as ondas de estupro não são associadas à violência sistematizada, ao excesso de mercantilização de entorpecentes e ao discurso de ódio só prova mais o ponto. Portanto, as leis e a opinião pública têm como base uma premissa que justifica a violência contra um corpo específico, que será desumanizado e se tornará um dos causadores da destruição da instituição familiar, pois colocaria mulheres e crianças em risco.

O mito do estuprador negro tem sido invocado sistematicamente sempre que as recorrentes ondas de violência e terror contra a comunidade negra exigem justificativas convincentes. Se as mulheres negras estão ausentes das fileiras do movimento antiestupro da atualidade, isso pode se dever, em parte, à postura de indiferença desse movimento em relação ao uso da falsa acusação de estupro como forma de incitar agressões racistas. Um número grande demais de inocentes tem sido oferecido em sacrifício a câmara de gás e enviado a celas de prisão perpétua para que as mulheres negras se juntem àquelas que frequentemente buscam o auxílio de policiais

¹⁹ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*, p. 177.

e juízes. Além disso, na própria condição de vítimas de estupro, elas têm encontrado pouca ou nenhuma simpatia desses homens de uniformes e togas. E histórias sobre ataques de policiais a mulheres negras – vítimas de estupro que, às vezes, sofrem um segundo estupro – são ouvidas com muita frequência para ser descartadas como anormais.²⁰

O que é exposto com essa situação é a falácia da solução da violência na sociedade poder ser solucionada com a ação, violenta, do Estado. Cria-se uma dificuldade em pautar a violência, tanto contra mulheres, quanto contra homens, nos grupos minoritários, pois o discurso contra a violência é apropriado pelo Estado, causando mais violência. Além disso, essa apropriação desenvolve uma individualização da violência, entendendo que a culpa de ser violentado ou violentar é exclusivamente do indivíduo, que é criada por esses indivíduos. É nesse contexto que há a banalização da violência, e o pagamento das estruturas que oprimem diversos grupos na sociedade e da possibilidade de um enfrentamento real da violência. Essa situação dificulta até o ato de narrar casos de abuso, pelo fato de o discurso ser apropriado pela lógica hegemônica que “resolve” a questão da violência com mais violência ou burocracia.

2.2 Guerras culturais e discurso

A produção discursiva que demoniza um sujeito, que Davis expõe no exemplo do tópico anterior, parece ser a base para os conflitos que irão inflar e alimentar a lógica de funcionamento hegemônico. O problema está no fato de que a lei, a justiça, quem serão os sujeitos que aplicam e sancionam as leis, e quem são os violentados colocam em questão toda a lógica sistêmica atual. É possível concluir que a cultura, a forma como lidamos com os problemas contemporâneos não é o suficiente, pois é ela mesma que produz, também, muitos dos problemas que ela se propõe a solucionar. Vale a pena tratar melhor do conceito de cultura para pensar melhor essa problemática.

A *cultura* como conceito é extremamente ampla e complexa. Suas formulações e interpretações variam. Ela pode ser uma atividade, ou o que dá sentido à natureza, é toda produção humana que denota toda materialidade cultural até as questões do espírito. É tanto base quanto superestrutura. A cultura, nesse sentido, possui aspectos contraditórios dentro de seu amplo escopo de possibilidades, pois ela pode abarcar uma tradição dogmática segregadora, tanto quanto uma noção de companheirismo mútuo:

²⁰ Ibidem, p. 177-178.

Se cultura significa cultivo, um cuidar, que é ativo, daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz. É uma noção “realista”, no sentido epistemológico, já que implica a existência de uma natureza ou matéria-prima além de nós; mas tem uma dimensão “construtivista”, já que essa matéria-prima precisa ser elaborada numa forma humanamente significativa. (EAGLETON, 2003, p. 11)

Percebe-se que a cultura é amplamente interpretada e pode se referir a mais de um aspecto de uma sociedade. Ela se desenvolve pela memória de uma comunidade, pelas tradições, que também se apresentam de forma institucionalizada. A cultura possui uma série de relações com vários aspectos do desenvolvimento humano, com a constituição da civilização, da humanidade, do Estado e com a interpretação de sua forma e utilização. A noção mais aristocrática de cultura, por exemplo, entende civilização e a produção cultural, assim como o desenvolvimento da moralidade e da arte, como sendo intrinsicamente ligadas na construção de uma sociedade. Porém, a realização de um ideal civilizatório, por meio da cultura, se vê num impasse com o que de fato há. Por isso, essa característica ambígua e dialética da cultura faz com que ela possa estar presente tanto na tradição familiar, quanto nas produções artísticas de vanguarda, ou nas formas de performance subversivas, ou no desenvolvimento semiótico da Alemanha nazista.²¹

A cultura parece, assim, estar em um conflito entre as noções *romântica* e *pós-moderna*. A primeira entende a cultura como a realização transcendental de um ideal de sociedade, que produz de fato uma crítica à fragmentação cultural proporcionada pelo capitalismo, mas que tem como base um paradigma ideal e irreal. A necessidade binária de haver uma cultura de forma mais elevada e outra de forma inferior é a herança da antropologia clássica que utiliza a “inferioridade” da cultura alheia para embasar a sua própria superioridade, sendo essa noção descritiva e normativa, simultaneamente. A partir dessas características, surge a noção de relativismo cultural, e com ela a noção pós-moderna de cultura, que entende a cultura como plural. Ela produz uma gama de identidades interligadas entre si, mas também pressupõe a sua excepcionalidade. A cultura, nesse sentido, é particular e superficial, identitária até certo nível, tendo efeitos na comunicação e na arte:

A história das consequências disso para as próprias artes – na medida em que se atribui a elas uma importante significação social de que, realmente, são por demais frágeis e delicadas para sustentar, desintegrando-se a partir de dentro ao serem forçadas a representar Deus ou a fidelidade ou a justiça política – faz parte da narrativa do modernismo. É o pós-modernismo que procura aliviar as artes dessa carga opressiva de ansiedade, instigando-as a esquecer todos esses

²¹ Para uma reflexão interessante sobre a presença da semiótica desenvolvida na Alemanha nazista na produção midiática ocidental, ver: <https://youtu.be/8SeumNE0tak>.

ominosos de profundidade, deixando-as assim livres para uma espécie razoavelmente frívola de independência. Bem antes disso, entretanto, o romantismo havia tentado realizar o impossível ao buscar na cultura estética tanto uma alternativa à política como o próprio paradigma de uma ordem política transparente. (EAGLETON, 2003, p. 29-30)

O impasse, nesse contexto, encontra-se no entendimento da cultura como algo polido demais ou fragmentado demais, até que se perde a presença fundamental da crítica. Enquanto os românticos criticam uma forma de vida, essa crítica está ligada à preservação da sua própria concepção de civilização, e a pós-modernidade, na tentativa de criticar posições muito tradicionais e de validar as culturas fora de uma hegemonia, pode cair em uma ação contrapartidária, em que uma luta política, uma relação dialética, as contradições existentes na sociedade, sempre deverão ser evitadas. A consequência da noção pós-moderna, assim, seria uma política unilateral especificamente partidária, ou uma noção plural que exige neutralidade e imparcialidade política, sendo essa imparcialidade impossível e, por si só, uma posição política.

Esse impasse na cultura, na percepção do outro, que está presente nas questões de gênero, raça e classe que Butler e Davis expõem. As formas como a opressão e a naturalização de condutas ocorre necessita de uma base cultura e discursiva para manter sua hegemonia. Devido a isso, a comunicação, como as artes, possui grande importância. É a comunicação, seja ela no cinema, no jornalismo, nas instituições, que irá produzir o outro, o imaginário dos sujeitos. Todos os movimentos, o moderno, o pós-moderno, o romântico, utilizam a arte, de alguma forma, para conseguir criar uma base de comunicação e discurso, assim como as formas de interpretar gênero e conduta também são, constantemente, produzidas pela arte.

Há uma necessidade política na cultura, pois ela se constitui como algo histórico, filosófico. Ela é ação e nega a ação, por isso ela é sempre lugar de conflito político. A cultura pressupõe uma autocontradição implícita em sua constituição como tal, seja na produção artística, na interpretação da sociedade, ou na exclusão dos sentidos “menos civilizados” da humanidade. A interpretação da vida social sempre acontecerá no âmbito da cultura. Isso não ocorre por uma superioridade transcendental, mas pela cultura reconhecer a separação de certas formas éticas e epistemológicas em uma sociedade, podendo fornecer alternativas e críticas a essas formas estabelecidas. A cultura seria uma espécie de sintoma e cura. Ao mesmo tempo em que está presente na produção e na validação de uma forma de vida, ela também está presente na crítica a partir da própria forma de civilidade estabelecida.

O que liga as noções de cultura como crítica utópica, modo de vida e criação artística é a reação ao fracasso da cultura como civilização e realização humana. As artes não podem

transcender a realidade de formar radial, já que só se validam por si mesmas e pelas instituições que validam sua importância. O passado longínquo como uma utopia emancipada será sempre contrariado pela realidade concreta, e um modo de vida cotidiano sempre está perto de perder sua potência crítica ao se especificar e isolar demais, mesmo que trate de algo concreto. Porém, a crise histórica da cultura é importante para se pensar uma forma de crítica necessária:

Se cultura como crítica deve ser mais do que uma fantasia ociosa, precisa ser indicativa daquelas práticas presentes que prefiguram algo da amizade e satisfação pelas quais anseia. Ela as encontra em parte na produção artística, e em parte naquelas culturas marginais que ainda não foram totalmente absorvidas pela lógica da utilidade. Ao absorver a cultura nesses outros sentidos, a cultura como crítica tenta evitar o modo puramente subjuntivo de “má” utopia, o qual consiste simplesmente em uma espécie de anseio melancólico, um “como seria bom se” sem base alguma no real. O equivalente político disso é a doença infantil conhecida como radicalismo de esquerda, que nega o presente em nome de algum futuro alternativo. A “boa” utopia, ao contrário, descobre uma ponte entre o presente e o futuro naquelas forças no presente que são potencialmente capazes de transformá-lo. [...] O tipo mais utópico de cultura pode, assim, tornar-se uma forma de crítica imanente, julgando deficiente o presente ao medi-lo com relação a normas que ele próprio gerou (EAGLETON, 2003, p. 37).

A alternativa está presente, nesse sentido, em uma forma dialética de pensar a realidade, que é necessária para analisar as contradições presentes na expansão da civilização, visto que a realização da civilização cria e reprime várias possibilidades de existência humana. Essa disputa entre cultura e civilização é ampla, e poderia ser chamada de cultura tudo que é reprimido pela civilização, ao mesmo tempo que está presente dentro da civilização. Isso faz a cultura um conjunto de potências historicamente estabelecidas, que trabalham de forma subversiva dentro da própria história. A literatura poderia, simultaneamente, ser altamente dependente de uma cultura que busca somente se autoafirmar, ou pode ser uma forma de construir uma perspectiva para pensar o próprio presente a partir do outro, em qualquer contexto que instigue alguma reflexão sobre as condições sociais do presente.

Nesse sentido, pensar um fenômeno como a pós-verdade, por exemplo, pode elucidar um pouco do dilema contemporâneo com as relações e interpretações políticas. Já que a pós-verdade seria uma forma de fragmentação, um discurso que tenta justificar qualquer coisa, sem falar muito, sem um sujeito. Por isso, debates como os identitários, de minorias, sobre a legitimidade de algum discurso entram em xeque, ou se autoafirmam, e o conhecimento vira terra de ninguém e de todos. Mesmo que um discurso puramente essencialista possa levar a um dogmatismo, a pós-verdade também o faz, mas a um nível mais disperso, no qual não existe um discurso na essência, mas todos os discursos são passíveis de se tornar essência, fazendo com que os debates percam o seu compartilhamento coletivo e virem mera disputa:

Assim como o pós-modernismo trouxe o debate relevante sobre, afinal, como deveríamos entender a modernidade e principalmente o *sujeito moderno*, penso que a pós-verdade inaugura uma reflexão prática e política sobre o que devemos entender por verdade e sobre a autoridade que lhe é imposta. (DUNKER, 2021, p. 9)

Sendo o discurso que constrói a noção de “comum” no imaginário popular, é necessário questionar qual discurso está sendo disseminado e de qual maneira. Se a inferiorização do feminino transforma as relações familiares das mulheres brancas, no processo de industrialização, colocando-as em uma posição doméstica e materna, como isso afeta as famílias não-brancas? Davis expõe o fato de que a vida doméstica imposta às mulheres brancas não corresponde à das famílias escravizadas.²² Portanto, a própria pauta sobre trabalho e vida doméstica entre mulheres não ocorre da mesma forma entre mulheres brancas e não-brancas (estrangeiras, negras e indígenas). Essa situação questiona a forma como certo discurso entende os corpos e seus atos. Por isso, entender a formação do discurso e sua interpretação é um passo para uma interpretação crítica no meio do caos ideológico contemporâneo.

Nesse contexto, pensar o ato de escrever, que utilizarei para elucidar a questão do discurso, como coloca Cristovão Tezza,²³ pode ser entendido como duas formas mais ou menos distintas, o da revelação, que tem como características a conspiração e o encantamento, e o da criação, que pressupõe a representação de algo na escrita. Na perspectiva da revelação, toda a escrita acontece como ficção, logo tudo no mundo seria uma enganação, a realidade sempre seria falseável. Com isso, a vertente conspiratória entende a realidade como uma mentira, uma eterna angústia com uma natureza imanente, como a morte. A escrita, nesse sentido, teria o papel de amenizar, ou denunciar, a forma ofensiva como a realidade se apresenta. Na vertente da criação, por outro lado, existe uma rede de sentidos ocultos e fantásticos, que não são entendidos pela lógica comum do homem, por isso o escritor entraria como um intérprete das forças misteriosas do mundo. A realidade, assim, seria uma espécie de enigma que só se revela pelo intérprete.

Essas duas formas de entender a escrita e a interpretação, em um contexto de exagero dos seus conceitos, poderiam ser entendidas como características presentes no discurso de pós-verdade, o discurso que cria um inimigo, uma conspiração, que causará uma perda irreversível, e por isso deve ser combatida, como é o caso do entendimento do senso comum mais conservador sobre o comunismo, feminismo, minorias sociais etc. Todos têm um discurso que

²² DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. p. 29, 30, 31, 44 e 45.

²³ DUNKER, Christian; Et al; *Ética e Pós-verdade*. 1º edição. Porto Alegre, São Paulo: Litercultura, 2021.

descreve um sujeito como inimigo, de alguma forma, pois destruiriam a tradição, os “bons costumes”, a família. Juntamente a isso, a vertente criadora seria o discurso que revela e interpreta o mundo, a criação de uma narrativa de obediência, ou de dogma frente a alguma incerteza, que se manifesta na revelação de um líder religioso, por exemplo, que, devido a algo como a “vontade de Deus”, manda que todas as “bruxas” sejam queimadas para que a paz possa retornar à sociedade.

Já Tezza²⁴ parte do princípio de que a escrita é criação, não criação no sentido divino, mas no sentido representativo, logo, se representa, da forma mais verossímil possível, a realidade. Por isso, a interpretação é algo presente nessa forma de perceber a escrita. Ela descreve algo que tem certo compromisso ético com a verdade, mas não para se opor a outras, ou criar disputas, como na pós-verdade, mas sim para criar um debate, se perceber dentro de outras perspectivas. Esse deslocamento, através do discurso, é o que possibilita algum debate político, mesmo que entre posições antagônicas.

Em sua conclusão, Tezza entende que a relação de uma “ética da ficção”, da escrita, é uma ética fundada na relação e na convivência com o outro e todas os choques e contrastes que essa convivência pressupõe, que influenciam direta ou indiretamente na escrita do autor, que escreve para alguém em algum sentido, e não escreve sobre ele mesmo, para ele mesmo e seus iguais. Apesar da crítica marxista não concordar com a utilização da palavra “criação” de forma literal na interpretação literária e na escrita, a perspectiva de Tezza entende a criação como a possibilidade de abrir um campo de debate, próximo do que seria para o marxismo, segundo o qual um autor não necessariamente cria, mas produz, a partir de uma matéria-prima, da sociedade e do tempo histórico, uma obra. Comparar essas duas formas de entendimento sobre a literatura pode ser interessante para perceber alguns limites interpretativos, são só em contextos literários, mas, também, em debates políticos.

As tendências políticas, para além da opinião pessoal do autor, deveriam surgir em situações dramatizadas, verossímeis, em uma obra, sendo sua influência no leitor algo não alienado, ou uma simples apresentação de um espetáculo. Mas, para colocar a realidade material em perspectiva, essa seria uma forma de entender a crítica marxista sobre a literatura. O que está posto aqui é a noção de cultura, e sua relação dialética presente na interpretação da história

²⁴ TEZZA, Cristovão. “*A ética da ficção*”. In: DUNKER, Christian; Et al; *Ética e Pós-verdade*. 1º edição. Porto Alegre, São Paulo: Litercultura, 2021.

e do presente. É nessa relação que a arte, como a literatura, se torna um meio necessário para comunicar as contradições, e expor novos caminhos interpretativos do presente:

O que precisa ser acrescentado é o “princípio de contradição” de Marx e Engels: que as opiniões políticas de um autor podem ser contrárias àquilo que sua obra revela objetivamente. Deve-se acrescentar ainda que a questão do quão “progressista” a arte precisa ser para ser válida é uma questão *histórica*, que não pode ser resolvida de maneira dogmática para o todo o sempre. Há períodos e sociedades em que o engajamento político “progressista” consciente não precisa ser uma condição necessária para produzir grande arte; há outros períodos – o fascismo, por exemplo – em que sobreviver e produzir como artista implica todo tipo de questionamento, o que provavelmente resultaria em um engajamento explícito (EAGLETON, 2011, p. 105).

É, portanto, no conflito que a subversão como ato pode surgir, ou que a lógica hegemônica pode encontrar sua base de funcionamento. E é pela apropriação do discurso, na utilização da cultura, e nas relações com o Estado que esses conflitos irão se estabelecer. A noção de guerra cultural, assim, está nesse contexto de disputa discursiva, ou seja, a disputa pelo imaginário coletivo.

Devido a isto, parece interessante analisar um contexto de guerra cultural a partir de uma obra literária. Essa obra tem uma característica em sua narrativa que trata de assuntos atuais, em cenários atuais, a partir de uma base fictícia de interpretação do mundo. Isso não necessariamente torna essa obra, que é um mangá, única entre outras obras que tem uma estrutura similar, mas ajuda a analisar o conceito de guerra cultural a partir dela, além dela possui algumas características interessantes que se encaixam na descrição mais marxista sobre literatura, e a disposição de suas personagens ajuda no entendimento do fenômeno.

Estando dentro do gênero que trata da questão do *herói*, que pretendo usar somente a título de ilustração desse contexto ideológico da pós-verdade e das guerras culturais, que tem como uma de suas consequências as *fake news*, as dissonâncias cognitivas, as interpretações rasas de contextos sociais e outros. Por isso, essa obra, que pode ser lida em um contexto mais alegórico, de origem japonesa, intitula-se *Boku no Hero: Academia*. Sendo um mangá bem famoso dentro de seu público-alvo, e apesar de possuir muitas das características típicas e já esperadas dentro de sua construção narrativa, que tem como público-alvo os meninos adolescentes no Japão, há algumas características bem interessantes dentro da construção de mundo e da ideologia nas quais as personagens estão inseridas. A ideologia abordada na obra gira em torno do conceito de herói em uma sociedade na qual o trabalho mais prestigiado, que proporciona fama, dinheiro e status é o de ser um herói que pode representar, se pensarmos nos conceitos de AIE e ARE, tanto os instrumentos utilizados pelo Estado para reprimir ações divergentes, marginalizadas, subversivas, quanto os que fazem parte da estética que irá

naturalizar os pressupostos necessários para manter a categoria de herói, que representa o Estado, num status de autoridade. Logo, um herói representa não só uma idealização da conduta de um sujeito, mas essa conduta em um contexto de militarização da segurança, da educação, juntamente com uma estética de *celebridade* presente na recepção dos heróis pela sociedade civil.

Nesse contexto, várias formas de comportamento das personagens são fruto dessa ideologia imposta, fazendo com que todos tenham alguma espécie de ídolo, que materializa de alguma forma todas as virtudes vindas dessa ideologia em suas ações como um herói. A questão importante de como a trama é desenvolvida é o fato de que, gradativamente, ela mostra como essa ideologia é frágil e ilusória. A estrutura atual constrói as próprias condições para a sua fragilidade, em troca de uma imagem aparente de segurança pública e prestígio individual. Com isso, muitos dos acontecimentos atuais podem ser associados com algumas das tramas dessa narrativa, como a militarização da segurança, banalização da violência, marginalização de grupos de minorias sociais, que só se encontram em situações de vulnerabilidade devido às próprias condições criadas pela lógica hegemônica que os categoriza como os *vilões*, se utilizando dessa base binária para interpretar os conflitos dentro da sociedade.

Portanto, é muito fácil, dentro desse contexto, surgirem muitas formas de moralidade e virtudes semelhantes aos discursos de meritocracia e com a pós-verdade, com a divisão eugênica de indivíduos de acordo com suas habilidades individuais e poderes e com a alienação popular frente a questões sociais e outros. Nesse contexto, muitas revoltas de grupos contra essa ideologia, em sua maioria mais extremista, acontecem dentro da trama, ocorrendo uma disputa muito grande entre os dois polos extremos do cenário político, ou seja, os totalmente a favor e os totalmente contra a estruturas da sociedade. Apesar de todos terem sua parcela de motivos plausíveis para lutar por algo, a grande maioria se utiliza de métodos extremamente violentos para atingir seus objetivos, tendo ambos um pressuposto de exclusão como base de seus conceitos políticos. Esses dois grupos representam duas formas de salvadores, que irão tirar a população de suas condições de insegurança e conflito. Os vilões são os que representam todos os excluídos pela sociedade em algum sentido, devido a atos criminosos, racismo, elitismo. Porém, muitos dos grupos dos vilões são liderados, assim como no caso dos heróis, por pessoas com interesses hegemônicos, construindo uma massa de manobra em ambos os lados, que, em um dado momento, entram em conflito. Esse contexto dos vilões também pode ser interpretado como a apropriação dos levantes populares pela lógica reacionária. Há um desenvolvimento gradativo de personagens divergentes dessa lógica como um todo que pensam em uma

abordagem mais coletiva, e sem uma liderança messiânica, para resolver seus conflitos, abrindo caminho para introduzir a sociedade civil, geralmente apagada e alienada, como sujeito ativo nessa mudança, assim como o entendimento de que muitos dos “vilões” são pessoas em situação de vulnerabilidade, e não monstros ou terroristas.

Essa reflexão filosófica acerca da pós-verdade na trama, ou seja, do discurso que é construído como forma de controle de massas, em um contexto de guerra cultural, é bem ampla, necessitando perguntar em que contextos estão inseridos os civis? Todo a sociedade só segue a fala de um lado, ou do outro? Como as minorias sociais devem agir dentro de um conflito polarizado? O sujeito principal, a sociedade, é apagada nessa obra, com pouca personalidade e desenvolvimento. São os civis que sempre ficam no plano de fundo, até mesmo em algumas escolhas de enquadramento, e que representam sempre alguma forma de discurso pronto, geralmente pró ou contra os heróis. Os movimentos que buscam mudança são reprimidos, ou baseiam suas pautas em mudar toda a sociedade, mas sem uma base teórica ampla de como isso aconteceria.

É interessante perceber como o autor desta obra de ficção citada utiliza as redes sociais dentro de seu mundo fictício como ferramenta principal para a disseminação de ideologias e ideais extremistas, que culminam em muitos movimentos contra Estado e o governo, se tornando muito fácil “aderir” ao movimento via frases de efeito, disseminação de medo ou impulsionando preconceitos, criando grupos contra algo, com a promessa de que algo melhor possa surgir a partir desse conflito puramente emotivo, alimentado pela frustração da população.

O conflito entre ideias parece estar atrelado a uma noção binária de percepção do mundo. Sempre há um movimento emergente que tem como objetivo acabar com a hegemonia atual, só para substituí-la e manter sua forma. Mesmo com a intenção de mudar algo para melhor, é necessário pensar no contexto no qual essa mudança irá ocorrer. Um movimento que pauta seus objetivos em ideias abstratas de emancipação tende a fortalecer justamente o que está tentando enfrentar. Nesse sentido, as guerras culturais ocorrem em um campo polarizado, com complexos desenvolvimentos ideológicos que afetam a percepção de ambos os lados em confronto, mesmo que estes lados representem diferentes movimentos. Esse conflito entre uma *Cultura* contra uma *cultura* pode recair nem uma retroalimentação do problema que aflige, de alguma forma, ambos os lados:

Se cultura significa a crítica de impérios, também significa a construção deles. E enquanto a cultura em suas formas mais virulentas celebra alguma essência pura de identidade de grupo, a

Cultura no seu sentido mais pedante, ao renegar desdenhosamente o político como tal, pode ser uma cúmplice criminosa deste. Como observou Theodor Adorno, o ideal de Cultura como integração absoluta encontra sua expressão lógica no genocídio. As duas formas de cultura são também semelhantes em suas pretensões de serem apolíticas: a alta cultura, porque transcende os assuntos cotidianos; a cultura como identidade coletiva, porque (em alguns, senão em todas as formulações) coloca-se abaixo da política em vez de acima dela, nas texturas de um modo de vida instintivo (EAGLETON, 2003, p. 69).

A conclusão é que a forma que toma a guerra cultural entre Cultura e cultura, longe de ser uma disputa sobre a superioridade de uma ou outra obra de arte, ou modo de vida, se constitui de forma política, sendo o inimigo um bárbaro que é criado como bode expiatório do conflito, e deve ser erradicado com as mais ferozes formas das políticas higienistas. Porém, os “bárbaros” também são uma cultura particular. É nesse ponto que, ao interpretar uma obra ou um conflito político, o que importa é menos o conteúdo, e mais o seu significado, as suas utilizações e a maneira como são coletivamente interpretados, e a partir dessas interpretações, desenvolvidos em formas de ação. É a falta desse tipo de interpretação, que pressupõe uma forma crítica aos acontecimentos políticos, que permite a apropriação do discurso subversivo pela hegemonia, ou a despolitização de movimentos progressistas, como Davis demonstra quando trata das armadilhas ideológicas.²⁵

²⁵ Ver capítulo 4: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*.

3

O performativo subversivo

Para pensar um performativo subversivo é necessário entender o campo no qual essa performance irá ocorrer. Como já foi exposto, não é um discurso, ou um ato político, mesmo que tenha a intenção de estar contra o sistema hegemônico, que irá efetivamente conseguir fazer frente a esse sistema. Os problemas são a presença da própria lei punitiva, do discurso ideológico, dos sistemas de funcionamento institucionais, que dificultam o enfrentamento, pois se pressupõe um ataque e defesa simultâneos frente à opressão que devem ser feitos pelos que buscam mudança, já que possui formas literais e discursivas de dominação. É nesse contexto que uma ação não terá, necessariamente, o resultado e interpretação literal do que ela significa. Portanto, a construção de um discurso político tem mais essa dificuldade.

O que parece ser importante retomar é que a naturalização das categorias como, por exemplo, as de gênero/raça, pressupõe uma conjuntura que fundamenta sua criação. Então, tanto entender um desvio do padrão de gênero como “uma abominação”, ou colocar práticas mais diretas de racismo como uma “abominação”, escondem as estruturas de funcionamento que condicionam a opressão, pois reproduzem a estrutura de funcionamento que cria esses termos socialmente. Portanto, para além de achar certo ou errado, de reproduzir uma estrutura binária de interpretação que, no final das contas, só produzirá dicotomias e embates, é necessário mostrar as contradições e funcionamentos estruturais nesses campos de combate e debate político. Um ato político subversivo, dessa maneira, não possui um padrão determinado, ou uma fórmula, mas ele surge a partir das movimentações sociais e contradições de sua época.

É por este motivo que a apropriação de um discurso é uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo que um discurso pró liberdade de expressão pode ser extremamente necessário para criticar formas autoritárias de regimes políticos, ele também pode ser utilizado pelas categorias mais reacionárias da política como forma de “denúncia” de movimentos e lutas contra o discurso de ódio. Logo, o que importa é menos o que usamos em ações políticas cotidianas, e mais como usamos. É uma questão discursiva complexa, que exige um entendimento multifacetado e interseccional das conjunturas políticas, para não cairmos em dicotomias de herói e vilão, como a única forma de interpretação possível.

Butler trata da questão do discurso, mais especificamente do discurso de ódio,²⁶ e demonstra a complexidade dos atos de apropriação do discurso. O que ocorre é a necessidade

²⁶ BUTLER, Judith. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

de reproduzir algo que, inicialmente, já é utilizado pela lógica de dominação para controlar os corpos:

Paradoxalmente, seu estatuto de “ato” é exatamente o que impede a afirmação de que elas evidenciem ou atualizam a humilhação que visam realizar. Enquanto atos, essas palavras se tornam fenômenos; tornam-se um tipo de exibição linguística que não anula seus significados degradantes, mas os reproduz como texto público e, ao reproduzi-los, exhibe-os como termos reproduzíveis e passíveis de ressignificação. A possibilidade de descontextualizar e recontextualizar tais termos por meio de atos radicais de apropriação pública indevida constitui a base de uma esperança irônica de que a relação convencional entre palavra e ferimento possa se tornar tênue e até ser rompida com o tempo.

(...)

Quando a tarefa de reapropriação, no entanto, é assumida dentro do domínio do discurso público protegido, suas consequências parecem mais promissoras e mais democráticas do que quando a tarefa de julgar a natureza da injúria causada pelo discurso é confiada à justiça. Notemos que o discurso de ódio não é apenas uma produção do Estado, como já tentei demonstrar, mas que as próprias intenções que animam a legislação são inevitavelmente apropriadas de maneira indevida ao Estado.²⁷

É a ambiguidade da significação das palavras, que não produzem atos imediatos, que possibilitam a revisão das performances políticas subversivas. Um ato político subversivo, assim, precisa passar por uma camada ideológica muito densa para conseguir, por exemplo, dizer uma frase, sem que ela seja apropriada para invalidar o discurso do indivíduo que a proferiu. É como tentar dizer, “eu sou gay” dentro de uma igreja conservadora, sem que isso seja interpretado, automaticamente, como um ataque ético a toda a concepção de mundo conservador das pessoas desse local. Essa é a dificuldade que expõe a ambiguidade do discurso.

O discurso de Sojourner Truth, “Não sou eu uma mulher?”, faz uma apropriação poderosa da noção de mulher, e desfaz as argumentações sexistas e racistas que o permeiam. Ela se apropria do termo, questionando a sua aplicação a ela mesma, buscando refutar as falas machistas de um grupo de homens que perturbava o encontro da Convenção de Seneca Falls. Os argumentos dos homens se baseavam na fraqueza e dependência das mulheres em relação aos homens, de acordo com eles, mulheres não conseguiam “pular uma poça” ou “embarcar em uma carruagem”²⁸ sem o auxílio de um homem, portanto, não teria sentido elas estarem se organizando como grupo para conseguir o direito de voto. O argumento de Truth, então, questiona a suposta superioridade masculina, ao argumentar que ela fez tanto trabalho braçal quanto um homem, sofreu violência como escrava, assim como os escravos, comia assim como

²⁷ Ibidem, p.169-170.

²⁸ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. p. 70-1.

os homens, que exerceu a maternidade, e ainda teve que perder seus filhos para a venda de escravos. Ela se apropria, ao mesmo tempo, das performances de gênero feminina e masculina, e demonstra que a vivência dela como mulher escravizada anula o argumento da suposta fragilidade feminina naturalizada.

O que está posto é a estrutura elitista, racista e machista que o argumento de Truth expõe, na sua posição simbólica de questionar, em uma convenção em que ela era a única mulher negra presente. Sua posição de mulher significa refutar não só os argumentos machistas, mas a própria noção de mulher que o feminismo da época produzia, que era branco e de classes mais altas. Esse questionamento demonstra a diferença nas condições das mulheres, das construções de seus corpos, da forma como suas famílias são constituídas, e em que condições. Esse questionamento coloca em pauta as contradições de um sistema de opressão, tanto dentro das suas instituições, quanto dentro dos grupos que pretendem ser contra hegemônicos.

Felizmente para as mulheres de Ohio, para o movimento de mulheres em geral – a quem o discurso de Sojourner Truth estabeleceu um espírito militante – e para nós que, nos dias de hoje, ainda tiramos inspirações de suas palavras, Frances Dana Gage não sucumbiu à pressão racista de suas camaradas. Quando essa mulher negra se levantou para falar, sua resposta aos defensores da supremacia masculina também trazia uma profunda lição para mulheres brancas. Ao repetir sua pergunta, “Não sou eu uma mulher?”, nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo do novo movimento de mulheres. Nem todas as mulheres eram brancas ou desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Sojourner Truth era negra – uma ex-escrava -, mas não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas na convenção.²⁹

É nesse contexto que, ao contestar a base do discurso hegemônico, ao se apropriar dos discursos sobre o que é ser mulher e escancarar as contradições, que a subversão se torna uma possibilidade. Com essa apropriação, uma das consequências é a possibilidade de mobilizar e organizar a população e os grupos oprimidos de forma mais orgânica. Outra questão, indiretamente também exposta por Truth, é a corporificação dos significados da lógica e da linguagem dominante, principalmente quando se pensa na corporeidade da mulher branca e da negra. A fragilidade imposta ao corpo da mulher branca, não é a mesma para a mulher negra, na verdade, não há uma fragilidade imposta, mas uma exploração do corpo da mulher negra.³⁰

Portanto, os grupos minoritários performam, de alguma forma, direta ou não, uma atitude abjeta à hegemônica. Sojourner Truth performou isso ao ser a única mulher negra em uma convenção somente com mulheres brancas e ainda ao exigir e ocupar um lugar de fala, ou

²⁹ Ibidem, p. 73.

³⁰ Ibidem, ver p. 17-19.

quando Rosa Parks, ao se recusar a ceder lugar a um passageiro branco num ônibus, ou ainda, quando uma *drag queen* performa um gênero e, com isso, questiona a própria fixidez da categoria do gênero:

A estratégia mais insidiosa e eficaz, ao que parece, é a completa apropriação e deslocamento das próprias categorias de identidade, não meramente para contestar o “sexo”, mas para articular a convergência de múltiplos discursos sexuais para o lugar da “identidade”, a fim de problematizar permanentemente essa categoria, sob qualquer de suas formas.³¹

É a partir desses atos discursivos e do corpo, no fato de que se pode apropriar um discurso, ocupar um espaço, que a subversão se torna possível. É no interior das práticas significantes que subvertem a identidade que se torna possível mudar o significado dos atos e discursos. Entender o corpo como algo criado, como não natural, se faz possível por performances que desnaturalizam não só a sua corporeidade, mas os espaços e ações que esse corpo deveria reproduzir e estar, ou não, presente.

³¹ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*, p. 222.

Conclusão

Conclui-se que o enfrentamento da dominação, que um performativo subversivo, está atuando em um campo bem complexo de significações. Não é qualquer performance, por mais abjeta que ela seja, que irá, somente por existir, interromper o funcionamento de uma estrutura. Porém, é a possibilidade dessa performance poder ser reinterpretada, ressignificada, realocada, contextualizada de forma que ela denuncie e produza novos horizontes, que proporcionam seu caráter político e crítico.

Por isso, perceber as interpretações, as formas de discurso e como elas podem estar presentes na política emancipadora e na lógica dominadora é essencial para enfrentar as ideologias contemporâneas. Seja pela leitura de um quadrinho, ou nas manchetes, ou na fala da população, ou nas produções acadêmicas, a interpretação do discurso sempre poderá demonstrar algo. Esse algo, como alguma contradição, ou o teor do discurso, ou como ele é apreendido, sua forma baseada em sua origem específica, ou a ressignificação completa de seu sentido anterior.

Logo, o campo político está sempre em disputa, não só por lugares de fala, por possibilidade de acesso, mas também pelos significados dos conceitos que significam a própria vida cotidiana, que constroem os discursos. A política, assim, não é performada somente em grupos partidários, ou momentos eleitorais, mas nos levantes populares, nas falas que circulam um imaginário, nas interações entre os grupos sociais. São sempre esses momentos de contradição, conflito e debates que exigem uma interpretação mais ampla do cenário político.

Referências Bibliográficas:

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo: e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.
- Boku no Hero: Academia*. São Paulo: Editora JBC, volume 1-38, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 19ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- BRANCO, Guilherme Castelo. “As resistências ao poder em Michel Foucault.” *Trans/Form/Ação*, n. 24, p. 237-248, 2001.
- BUTLER, Judith. *A Reinvidicação de Antígona*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- _____. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2021.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 22ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUNKER, Christian et al; *Ética e Pós-verdade*. 1ª edição. Porto Alegre, São Paulo: Litercultura, 2021.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- _____. *Marxismo e crítica literária*. 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *O Manifesto comunista*. 25ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- FOUCAULT, Michel. “Poder-corpo”. In: MACHADO, R. (org.). *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRANCO, Renato. *10 lições sobre Walter Benjamin*. 1º edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. 1º edição. Rio de Janeiro: L&MP, 2010.

_____. *Psicologia de massas e análise do eu*. 1º edição. Rio de Janeiro: L&MP, 2013.

_____. *Totem e Tabu e outros ensaios*. 1º edição. Rio de Janeiro: IMAGO EDITORA, 2006.

GRESPLAN, Jorge. *Marx: uma introdução*. 1º edição. São Paulo: Boitempo, 2021.

HAN, Byung-Chul. *Agonia de Eros*. 1º edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 12º edição. Rio de Janeiro: JOSÉ OLYMPIO Editora, 2009.

NELSON MALDONADO, Torres. “A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80 | 2008, publicado a 01 outubro 2012, consultado a 31 janeiro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/695>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.695>

PARRA, Eduardo Barbosa. *Zizek: Conceito de Ideologia e Aparelhos Ideológicos*. 2008. p. 35-43. Tese (Monográfica) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

SANTOS, José Vicente. “A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 108, p. 183-190, 2015.

YAZBEK, André Constantino. *10 lições sobre Foucault*. 6º edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.